ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS
Revista de Cultura
60 anos

Rumo à uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência. Fundação Bienal; OIP, São Paulo, 2017.

Resenha

Texto recebido em: 9 out. 2022. Aprovado em: 11 abr. 2023.

COSTA, André Pereira da. Em busca de uma redistribuição da violência: algumas reflexões sobre as perspectivas de Jota Mombaça. *Estudos Universitários*: revista de cultura, UFPE/Proexc, Recife, v. 40, n. 1, p. 204-213, jan./jun. 2023.

https://doi.org/10.51359/2675-7354.2023.256109

ISSN Edição Digital: 2675-7354

CC BY
Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Em busca de uma redistribuição da violência: algumas reflexões sobre as perspectivas de Jota Mombaça

In search of a redistribution of violence: some reflections on Jota Mombaça's perspectives

André Pereira da Costa
Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)
Doutor em Educação Matemática e Tecnológica
E-mail: andre.pcosta@outlook.com
https://orcid.org/0000-0003-0303-8656
http://lattes.cnpq.br/4135203562905056

Resumo

A obra *Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!*, de autoria de Jota Mombaça, apresenta críticas à cultura de violência elaborada e consolidada historicamente pela sociedade brasileira no que tange às pessoas pobres, negras, mulheres e transgêneras, em contraposição ao perene privilégio branco, mantido com o apoio institucional do estado e garantido pela polícia. Tal obra ensaísta foi publicada pela Fundação Bienal de São Paulo, em decorrência da 32ª Bienal de São Paulo - Incerteza Viva, realizada em 2017. Em uma perspectiva de denúncia, a obra discorre sobre dados quantitativos e ações violentas contra pessoas negras e pobres, sobretudo quando mulheres e transgêneras. Também problematiza a estrutura do poder, desde a sua organização, desenvolvimento e manutenção até a sua institucionalização, que impacta fortemente a produção de violências diversas.

Palavras-chave: Redistribuição. Anticolonial. Violência. Poder.

Abstract

The work *Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!,* by Jota Mombaça, presents criticisms to the culture of violence elaborated and consolidated historically by Brazilian society and directed at poor people, black people, women and transgenders, in counterpoint to the perennial white privilege maintained with the institutional support of the State and guaranteed by the Police. The essay was published by the Fundação Bienal de São Paulo, as a result of the 32nd Bienal de São Paulo – Incerteza Viva, held in 2017. In a perspective of denunciation, the work discusses quantitative data and violent actions against black and poor people, especially when these are women and transgender. It also problematizes the power structure, from its organization, development and maintenance to its institutionalization, which strongly impacts the production of different kinds of violence.
Keywords: Redistribution. Anticolonial. Violence. Power.

“Atire a primeira pedra” quem nunca se questionou acerca dos reais motivos do Brasil ser o país que mais mata pessoas transgêneras no mundo? Ou ainda: qual o motivo de pessoas negras apresentarem uma maior probabilidade de morte do que pessoas brancas no nosso país? Por que o Brasil possui um dos mais altos índices de feminicídio no mundo? Quais são as instituições e as pessoas responsáveis por esse quadro? À primeira vista, esses questionamentos são, aparentemente, ingênuos, contudo, carregam toda uma complexidade que precisa ser solucionada e superada. Nessa direção, a obra *Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!*, de autoria de Jota Mombaça, levanta diversas implicações que problematizam esse enredamento, ajudando-nos a propor respostas incisivas e cirúrgicas às questões aqui sinalizadas.

A supracitada produção é um ensaio, composto de oito seções. Por meio delas, a intelectual Jota Mombaça[1] faz profundas críticas à cultura de violência, elaborada e consolidada historicamente pela sociedade brasileira, no que tange às pessoas pobres, negras, mulheres e transgêneras, em contraposição ao perene privilégio branco, mantido com o apoio institucional do estado[2] e garantido pela polícia. Tal obra ensaísta foi publicada pela Fundação Bienal de São Paulo, em decorrência da 32ª Bienal de São Paulo – Incerteza Viva, realizada em 2017.

Em uma perspectiva de denúncia, a referida obra discorre sobre dados quantitativos e ações violentas contra pessoas negras e pobres, sobretudo mulheres e transgêneras. Também apresenta uma reflexão acerca de como a polícia, com a garantia perpétua do estado e com o aval, inclusive, do meio jurídico, realiza operações que deflagram o fim da vida de pessoas negras, a partir do domínio de poder, cuja finalidade é manter o privilégio e a manutenção das elites brancas. Esse ensaio mombaciano problematiza a estrutura do poder desde a sua organização, desenvolvimento e manutenção até a sua institucionalização, impactando fortemente a produção de violências diversas para o mesmo grupo de pessoas.

1. Jota Mombaça é uma pesquisadora brasileira que estuda as relações entre humanidade e monstruosidade; estudos kuir; tendências e movimentos descoloniais; e a interseccionalidade em uma vertente política, além de inquietações e atritos entre arte, política, ética e estética nos repertórios de saberes do sul-do-sul globalizado. Ela se autodeclara como "bicha racializada, gorda e não binária, oriunda da periferia do Nordeste brasileiro" (MOMBAÇA, 2017, p. 9).

2. O *estado* aqui mencionado diz respeito à instituição política, comumente grafada como *Estado*, entretanto, o uso da forma *estado* é adotado por Jota Mombaça no decorrer de seu livro.

Tendo por base tais circunstâncias, Mombaça defende, por meio de um fenômeno que ela chama de *redistribuição da violência*, uma proposição de combate e de prevenção aos atos violentos, como um mecanismo de proteção/autocuidado das vítimas, bem como de confronto em relação aos opressores. Porém, essa redistribuição deve ser concebida também como uma forma de promover a justiça social, a ser internalizada por todos que sofrem alguma forma de violência e risco à vida.

A primeira seção, *Cena 1— Quem policia a polícia*, tem a finalidade de denunciar um crime de assassinato cometido, a partir de uma abordagem feita pela Polícia Militar de São Paulo, contra uma mulher. Além do assassinato propriamente dito, é relatada a maneira cruel de morrer, mediante espancamento e asfixia, com o aprisionamento de seu corpo numa viatura. Mombaça critica como o próprio sistema é conivente com esse tipo de violência ao isentar a polícia de investigação, uma vez que, ao se negligenciar o crime de assassinato e relevar apenas o assalto supostamente cometido pela mulher, a instituição foi considerada a "vítima da história". Portanto, a morte dessa jovem de 19 anos pode ser vista como uma punição à sua própria existência, que seria, então, o crime cometido por ela.

A seção seguinte, *Cena 2 – O que é um crime?*, tematiza o racismo como um crime herdado "geneticamente" pela colonização europeia. Logo, ele está no "DNA" da polícia, promotora do massacre de pessoas negras no Brasil, sobretudo a partir do controle de seus corpos e de seu ir e vir como mecanismos para garantir a segurança e a supremacia das elites brancas e mestiças. Desse modo, Mombaça reflete sobre o que é um crime: qual é seu conceito diante das práticas policiais em relação às pessoas africanas livres e afro-

descendentes? Se a polícia é a "guardiã da sociedade e da cidadania", por que essa sua finalidade não se aplica às pessoas negras? Na prática, no caso da Polícia Militar, em foco no ensaio mombaciano, seu propósito é guardar a sociedade e a cidadania brancas, ou seja: quem não se enquadra nisso é eliminado, sem nenhuma punição para quem comete o ato.

Na seção três, *Cena 3 – Ficções de poder e o poder das ficções*, há uma reflexão sobre o monopólio da violência, ficção de poder, que, por sua vez, é mantida por uma falsa neutralidade, outra ficção de poder, utilizada na intervenção de conflitos. É sob essas circunstâncias que a Justiça e a Polícia neutralizam os conflitos sociais. Para Mombaça, a neutralidade do sistema de Justiça é uma hipocrisia que controla o volume das violências, blindada por uma política e uma moral geneticamente coloniais. Assim, a neutralidade constitui um dispositivo consistente que isola socialmente e aliena os conflitos.

Para Jota Mombaça, desvincular o poder do controle total das ficções de poder constitui uma tarefa complexa, na qual é importante a construção de um movimento rearticulador, referente às violências estruturais e constantes. Isso nos demanda uma nova epistemologia de olhar: compreender/conhecer e atuar no/sobre o mundo e pressupor a construção de uma dinâmica que seja capaz de resistir e de criar caminhos de saída, rompendo, superando e modificando os modos do poder através do tempo.

Cena 4 – O estado molecular é o título da quarta parte do ensaio. Nela, Mombaça sinaliza que o desejo é o princípio basilar do estado e da polícia. Tal desejo (da elite, do estado e da polícia) é o interesse em perenizar o sistema (branco, cisgênero e heteronormativo) a partir do controle social e da uniformização de gênero, por

meio da gerência, produção e reorganização das violências que atingem pobres, negras(os), indígenas, mulheres (cis e trans) e não heterossexuais. O desejo elitista é considerado uma arma de ficção de poder institucionalizada, já que age em favor dos opressores e agressores, desconsiderando, assim, a lei, que, teoricamente, condenaria os autores e praticantes das violências contra pessoas negras, mulheres e kuir.

A quinta seção, *Cena 5 – Pura violência como design global*, propõe-se a discutir sobre o movimento de naturalização das diferentes violências praticadas contra pessoas trans e demais que fogem do padrão sexual e de gênero. Tal movimento se transforma em uma tendência mundial, assumindo um *design* global, no qual os dispositivos móveis e as redes sociais (*on-line*) são usados como mecanismos de exibição de espetáculos, em uma lógica de entretenimento ao invés de registros e denúncias destes crimes hediondos. Esse *design* global tem como foco a violência descontrolada como proposição de domínio e controle social, promovendo a permanência dos poderes das elites brasileiras.

A penúltima seção, *Cena 6 – Redistribuição da violência*, trata de como a violência não é distribuída, ou seja, não é equilibrada na sociedade, visto que ela se concentra, essencialmente, em pessoas consideradas "fora" do padrão histórico-social-cultural, definido como único parâmetro social aceitável de julgamento, sem possibilidade das vítimas reagirem diante dos autores da violência. Logo, trata-se de uma cartografia necropolítica, na qual são estabelecidas as pessoas que morrerão para garantir a manutenção dos grupos elitizados. E quem são essas pessoas condenadas à morte? São as pobres, negras, mulheres, transgêneras e aquelas que infringem a regra conferida nessa realidade de ficções de poder, que já nascem

definidas para a morte. Nessa direção, qualquer outra possibilidade, que não o extermínio dessas pessoas, não se torna aceitável.

Assim, após a apresentação de todos os fatos e argumentos, é por meio da redistribuição da violência que a escritora propõe romper com essas problemáticas, isto é, a pessoa/vítima teria a garantia da possibilidade de responder à agressão recebida. Nesse sentido, o autor (o agressor) receberia a resposta da violência, validando o princípio físico de ação e reação, que, em geral, não ocorre no Brasil, sobretudo, quando se trata da morte de pessoas pobres, negras, mulheres e transgêneras. Desse modo, por meio da redistribuição da violência, seria plausível falarmos em um novo modelo físico da sociedade brasileira, sob uma perspectiva descolonizada: *para toda violência praticada há uma violência de reação, com mesmo módulo e direção, mas sentido oposto, voltado ao agressor.*

Além disso, Jota Mombaça defende que a redistribuição da violência é um sinal de enfrentamento e de autocuidado, tendo em vista que as vítimas de ações violentas, por não se adequarem à norma social imposta sobre seus corpos, não são protegidas, reparadas ou indenizadas pela sociedade ou por suas instituições (estado, polícia, ordenamento jurídico etc.). Desse modo, ambas atuam em favor da permanência suprema das elites, que produzem uma enxurrada de narrativas de uma eterna utopia de que somos todos iguais, com os mesmos direitos. A realidade é, portanto, na prática, uma hipocrisia.

Na última seção, *Cena 7 – O fim do mundo como o conhecemos*, é abordada a demanda da organização de uma tendência de descolonização que possibilite infiltrar as paredes do sistema colonizador de maneira que ela se quebre e não se sustente mais. É um movimento que tem por finalidade romper o contrato social

imposto pelos colonizadores, que dominam as vidas e as realidades das pessoas, que são obrigadas a abandonar tudo para sustentar a colonização. Nessa direção, a superação dessa lógica colonial é essencial, o que demanda um apocalipse da realidade que conhecemos hoje.

Produzir uma ruptura apocalíptica do mundo como o conhecemos não é uma tarefa fácil. O objetivo de produzir novas (e diversas) realidades é uma região de conflitos, em especial para os grupos que dominam a sociedade brasileira e que não aceitam outras formas de enxergar o mundo e de viver nele. Todavia, não se pode desanimar diante dessa complexidade. Novos mundos, por favor!

É importante manter um movimento de resistência, de lutas descoloniais, de maneira que a "matemática social" encontre resultados aptos a resolver a inequação colonial, levando em conta os resultados inexatos, ou seja, os corpos que fogem ao padrão da sua expressão. Precisamos que essa matemática seja uma ciência dos não padrões, padrões esses que historicamente são definidos e que controlam a vida e os corpos das pessoas. Precisamos romper com essa perspectiva cartesiana de olhar e resolver os dilemas pela matemática colonial, senão a violência permanecerá sem fim, com mortes, sofrimentos e crueldades se perpetuando, pois "isso aqui é uma barricada" (MOMBAÇA, 2017, p. 16).

Por fim, apesar de não existir uma unanimidade sobre essa consideração, um aspecto que deve ficar evidente para todos nós é o de que a colonização é a grande responsável por esses assassinatos, tendo contaminado o Brasil semelhantemente a um vírus biológico, desde o término do século XV. Como resultado disso, ao longo dos séculos nossa sociedade vivenciou (e ainda vivencia) vários sintomas dessa doença: escravização, assassinato, racismo,

sexismo, feminicídio e epistemicídio, de forma que precisamos nos vacinar contra ela. Vacina, por favor!

Referências

MOMBAÇA, Jota. *Rumo à uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência.* São Paulo: Fundação Bienal; OIP , 2017. Disponível em: https://issuu.com/amilcarpacker/docs/rumo_a_uma_redistribuic__a__o_da_vi. Acesso em: 7 jun. 2023.